

CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, APÓS 1950: NOVAS CENTRALIDADES, VELHAS ESTRUTURAS.

Teresa Peixoto Faria¹

Introdução

A dualidade centro/periferia que caracterizou os espaços da cidade pré-industrial² ainda se faz presente nas configurações urbanas atuais. Assim, a diferenciação do espaço urbano não é algo recente, valendo o mesmo para a lógica de apartação dos espaços e, por consequência, das classes sociais que os ocupam.

Os clássicos modelos de Kohl, Burgess e Hoyt são resultantes de estudos empíricos referentes a espaços e tempos bastante específicos que nos servem como marcos conceituais do processo de segregação sócio-espacial.

Existem, assim, duas referências clássicas do cenário urbano. A primeira e mais importante é o *Centro*, área nuclear que funciona como espaço de atração (econômica, social e política), cujo acesso e efetivo gozo devem cumprir exigências da ordem do capital. A segunda, a *Periferia*, em virtude das condições de seus espaços e do tradicional distanciamento das áreas centrais, é definida como segregada. (Corrêa, 1995)

Com relação à desigualdade espacial entre o centro e a periferia, Villaça (2001, p.143) afirma que:

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é a oposição centro x periferia. O primeiro dotado da maioria dos serviços urbanos públicos e privados, é ocupado pelas camadas de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua é ocupada, predominantemente, pelos excluídos.

Esse fato confere ainda mais valor à área central³ das cidades. Estar próximo ao centro significa *distinção* e acesso fácil a todos os bens e serviços que a cidade pode oferecer. Neste sentido Villaça nos esclarece que: “*dominar o centro e o acesso a ele*

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense
teresapf@uenf.br

² O padrão de segregação observado, neste período, trata-se do esquema formulado em 1841, pelo geógrafo alemão J. G. Kohl, tendo como referência, as cidades da Europa continental.

³ Vale lembrar que os centros urbanos das cidades brasileiras foram produzidos como tal desde as implantações das primeiras vilas e cidades, no período colonial, quando aí eram instalados a Igreja, a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, símbolos da emancipação da aglomeração, pelos solares dos senhores de terra e engenho, símbolos do poder econômico e de distinção social.

representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia". (2001, p. 143)

Na configuração urbana atual, observa-se, a presença de novos centros, ou melhor, de novos espaços de centralidade, inclusive em áreas tradicionalmente periféricas, conduzindo, algumas vezes, à desvalorização do antigo centro principal. Mas, segundo Villaça, "os centros urbanos principais (ainda são, em que pesem suas recentes decadências) são, portanto, pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação". (Villaça, 2001, p. 144).

Uma certa dinamicidade, também determinada pela especulação imobiliária, essencial à compreensão dos processos de segregação, passou a figurar como variável do referido fenômeno, e o processo tendencial de descentralização definiu novos contornos à configuração sócio-espacial das cidades, sobretudo nos cenários urbanos atuais, com a presença e o crescimento de outras classes no mesmo espaço sem eliminar, contudo, a segregação. (Villaça, 2001, p. 244).

Souza também nos fala da existência da dinâmica de segregação:

A dinâmica espacial da segregação gerou, de um lado, aquilo que a literatura registra como sendo a 'zona em transição', área de obsolescência em torno do núcleo central, também denominada de 'zona periférica do centro' (...).

De outro lado, a dinâmica espacial da segregação gerou novos bairros habitados pelos grupos sociais de alto status. Estes grupos constituem a demanda solvável para o capital imobiliário, a eles interessando novos bairros dotados de novos valores de uso, de novas amenidades. Reproduz-se assim, através de novas formas, novas áreas sociais, segregadas e dotadas de 'novos estilos de vida'. (Souza, 2003, p. 70-71)

Observa-se que esta segregação da qual nos fala Souza não é imposta, mas voluntária, a qual Corrêa definiu como auto-segregação.

Subjacente à ação estatal está a classe dominante ou algumas de suas frações. Sua atuação se faz, de um lado, através da auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar.

Em realidade pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda a dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas (...). (Corrêa, 1995, p. 63-64)

Krafta (1999) lança mão de uma perspectiva dinâmica de compreensão da segregação sócio-espacial enquanto instrumento possível de mensuração das áreas axiais urbanas e conseqüentes níveis de segregação urbana, tendo por referência uma certa interação social entre os grupos localizados no espaço urbano. Nesse sentido afirma que:

A base conceitual da idéia de segregação dinâmica está na possibilidade e na necessidade de superar as usuais abordagens teóricas e respectivas mediações, que, de fato, parecem dizer pouco sobre o fenômeno de segregação social. Visto que consistem de visões estáticas referentes a áreas relativamente homogêneas de habitação e de atividade, não parecem ter poder descritivo suficiente para servir de instrumento para informar sobre o nível de contato entre indivíduos do sistema urbano (Krafta, 1999, p.133)

Define-se assim, em nosso entender, uma melhor linha teórica de apreensão do fenômeno de segregação sócio-espacial inerentes à estrutura da sociedade moderna. As análises acerca do fenômeno de segregação e auto-segregação receberam uma roupagem de dinamicidade e um viés dialético na interpretação/ação do fenômeno em tela. Longe de uma análise supraclassista de um “fenômeno estático”, a segregação e suas variáveis passam a ser analisadas dialeticamente enquanto processo, apresentando-se como um constante vir a ser.

O espaço urbano é definido, então, por um “sistema de atratividade entre locais de oferta e demanda de facilidades urbanas”, que, não necessariamente, em razão do caráter dialético inerente ao fenômeno urbano, se faz presente só nas áreas tipicamente centrais. Deriva, destas considerações, a assertiva de que, atualmente, há uma remodelação do cenário urbano, com o surgimento de novos espaços de centralidade, contrariando as referências clássicas que marcaram os espaços urbanos no padrão Centro x Periferia.

Roncayolo (1992, p. 27), estudando o início da formação das cidades, nos auxilia no entendimento do conceito de centralidade: *a centralidade pode se exprimir na escolha de um local de culto comum e permanente (...), no estabelecimento durável de um mercado, na concentração de órgãos de decisão ou de gestão (...), na afirmação de uma capital de um Estado. O que quer dizer que ela é apenas uma forma autorizando conteúdos variáveis*”. No capítulo “Divisão funcional e divisão social do espaço urbano”, comentando sobre o papel das intervenções do Poder Público na criação de rede viária e de transportes, de

equipamentos urbanos; do agente privado, na alocação das empresas e das tendências mais ocultas que fundam as escolhas públicas e privadas, na produção de centralidades, acrescenta que: “A centralidade não é resultado de gestos puramente utilitários. Sentimento e simbolismos se aliam”. (Roncayolo, 1992, p.141-142)

De fato o espaço urbano contemporâneo é de difícil definição segundo o referencial centro-periferia. A instalação de grupos sociais mais abastados, em áreas tradicionalmente periféricas e ocupadas por camadas populares, assim como a proliferação de assentamentos populares por toda a metrópole revela, segundo Lago (2002) a fragmentação do espaço metropolitano do século 21, marcando o novo padrão e a nova escala da segregação, sem, no entanto, romperem com o binômio centro-periferia: “ *Trata-se da segregação de ricos e pobres em enclaves, ou seja, espaços fisicamente delimitados, sejam estas ocupações ilegais, sejam condomínios horizontais ou verticais dispersos no espaço metropolitano*”. (2002, p. 39)

O processo de favelização, recorrente de forma mais clara no Brasil, nas últimas duas décadas do século XX, é visto por Maricato (2001) como resultado do processo de urbanização que, segundo a autora:

se apresenta como máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente. O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que, inspirado na interpretação de Arantes e Schwarts sobre Brecht, podemos repetir que ‘a regra se tornou exceção e a exceção regra’. A cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria. (Maricato, 2001, p.38)

Assim, nas palavras de Rolnik :

Do ponto de vista do capital, a favela ou cortiço, contradição do sistema que a reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem no esgoto a céu aberto (...).

(...) para o planejamento urbano, as favelas e as áreas de invasão, assim como os cortiços e os quintais, são habitantes subnormais. Geralmente, o que o planejamento urbano chama de subnormal, a polícia chama de marginal e o povo em geral de má vizinhança, que

desvaloriza o bairro. A estigmatização destes 'focos' de desvio faz parte do mecanismo poderoso de reprodução do modelo de cidade e cidadão – é a maioria integrada e 'normal' que se identifica com a norma, nesta operação de significados. (Rolnik, 1998, p.68)

Além do processo de favelização, outro fenômeno vem descrevendo o cenário urbano das cidades: o progressivo crescimento de Condomínios e Residenciais “fechados⁴” de alta e média renda, cada vez mais presentes na configuração sócio-espacial das mesmas, principalmente, nas áreas tidas tipicamente por periféricas.

Habitar em condomínios fechados não é um fenômeno específico desta ou daquela realidade. Segundo Bhering:

O condomínio fechado está entre as formas que mais se repetem no crescimento das cidades brasileiras nos últimos 20 anos. Eles são oferecidos às classes média e alta das cidades brasileiras quando os núcleos congestionados, onde explodem os conflitos sociais, não são mais compatíveis com as aspirações e os valores das classes emergentes. Estas novas/velhas demandas de acesso à propriedade e a um estilo de vida qualificado, como exclusivo e especial, se fazem necessárias, já que o status e a distância social, que antes distinguiam ricos e pobres pela gestualidade, cor, atitude e modo de vestir, tendem a diluir-se na sociedade atual. Há, também, a procura por uma qualidade de vida melhor e a crença da fuga da violência urbana, tão presente nos tempos atuais. (2002)

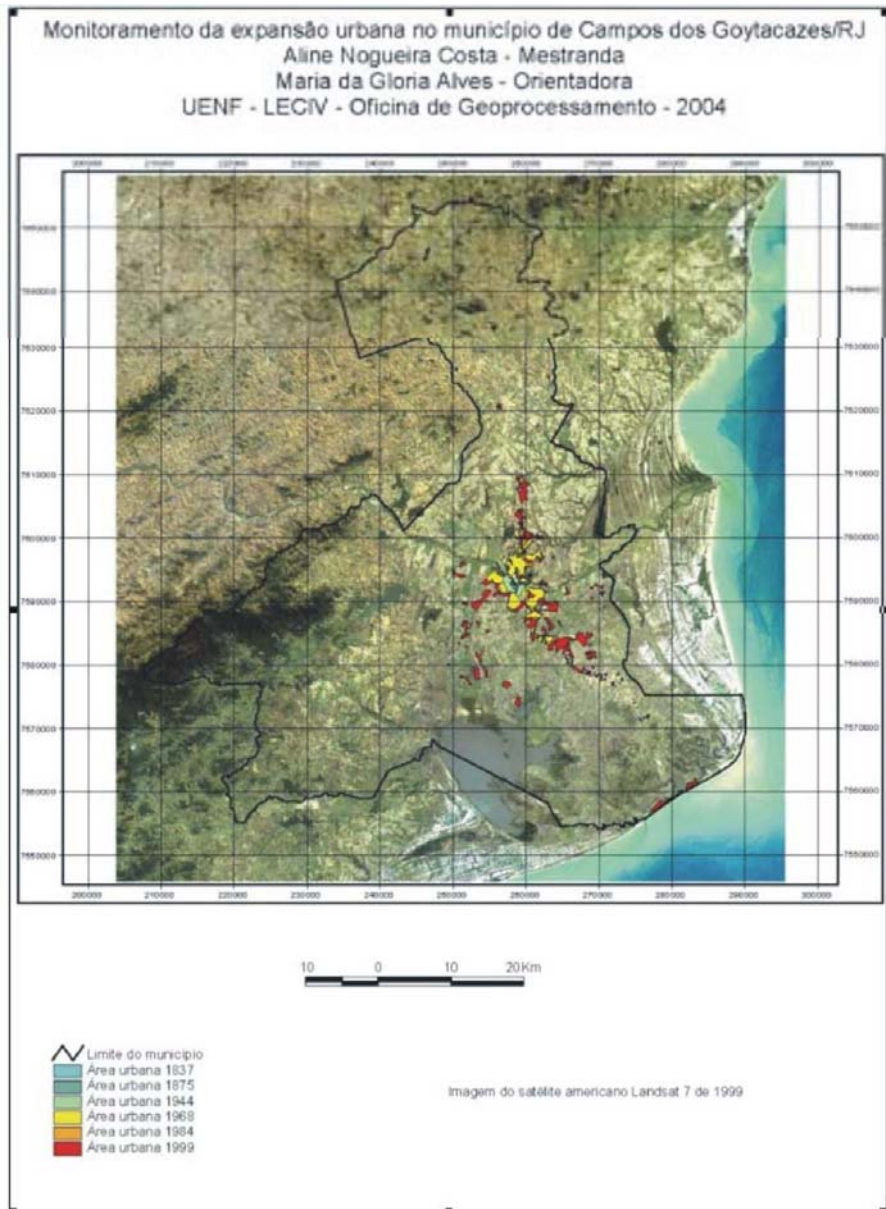
Trata-se, pois, do “novo padrão de segregação urbana, baseado na criação de enclaves fortificados que representa o lado complementar da privatização da segurança e transformação das concepções do público”. (Caldeira, 2000, p. 11).

Vê-se, pois, que a condição físico-estrutural e a localização do lugar ocupado reforçam, no plano das *representações*⁵, significações do outro e auto-significações, quanto à noção de pertencimento sócio-espacial e à elaboração de alternativas para manter a identidade espacial definida. Daí, a construção de outros meios de separação/identificação, tais como, os grandes muros, refletindo, assim, “níveis de segregação”. “(...) É como se a cidade fosse

⁴O marco da implementação mais visível, em escalas expressivas da modalidade condomínios fechados, é a década de 80. No entanto, a busca pelo isolamento e a tendência de se construir espaços desvinculados da noção de espaço público, ou seja, individualizados e auto-segregados, existem desde meados do século passado, porém em outras proporções e de natureza bastante específica. (Andrade, 2001)

⁵ Para Chartier (1990), “as representações do mundo social, a compreensão das formas e dos motivos traduzem as posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade como pensam que ela é, ou gostariam que fosse”.

demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um de seus moradores”, mesmo que em uma área espacial comum. (Rolnik, 1998, p.41)



O estudo nos mostra o crescimento urbano de Campos, em diferentes períodos, no padrão centro periferia em direção norte e leste e contido pelas áreas rurais e alagados, como brejos e lagoas.

O projeto de urbanização/modernização em Campos e os processos espaciais decorrentes.

Em toda região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o município de Campos sempre ocupou um lugar de importância “os primeiros centros urbanos criados na região (...) foram Campos dos Goytacazes e São João da Barra (1676). Sem dúvida, a principal área de interesse de toda a Capitania foi o local onde hoje se localiza o Município

*de Campos de Campos dos Goytacazes*⁶(...)”. (Faria, 2001, p.5). Sua importância econômica e política ditou a ascensão, em 1835, da vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes à categoria de cidade. E, na hierarquia da incipiente rede urbana da região Norte Fluminense, Campos se configurava como o principal centro urbano, apresentando-se, ainda, como pólo das atividades comerciais (Faria, 2003), atendendo, pois, aos anseios de integração/articulação com a Capital.

As inúmeras intervenções urbanísticas realizadas no seu espaço urbano, a partir de meados do século XIX, como construção de canais, estradas de ferro instalação de água e esgoto, inclusive luz elétrica⁷, revelam a vontade em reforçar a importância da cidade de Campos e de inseri-la no processo de modernização brasileiro.

No início do século XX, este mesmo esforço modernizador ganha fôlego com outros “projetos urbanísticos”. Temos, em 1902, o projeto do engenheiro sanitário Saturnino Rodrigues de Brito. O projeto de cunho positivista, “foi baseado na ‘ordem e no progresso’, preocupado essencialmente com as questões de higiene e saneamento públicos” (Faria, 2000, p.2), visava intervir na cidade como um todo.

A bandeira do “sanitarismo redentor” estava erguida e, apoiada por um discurso modernizador e normatizador, ganhava fôlego nas intervenções no centro urbano. A este respeito, Pohlmann nos informa que:

A partir de 1902, a municipalidade iniciou medidas incisivas sobre a higiene do espaço público, principalmente nas ruas centrais da cidade, normatizando as condutas e o uso deste espaço. Em uma sessão extraordinária, os membros da Câmara resolveram proibir a permanência de quitandas na área central. (...) Na concepção dos comerciantes, a presença de ambulantes denegria a imagem da cidade. As decisões da Câmara apoiavam-se nos discursos que disseminavam a idéia de que tudo que se relacionava aos pobres era considerado desordem. (2003, p. 74-76)

Anuncia-se o embrião do fenômeno de diferenciação sócio-espacial no município de Campos, definido por dois aspectos interdependentes: o sobrevalor da área central⁸, com incremento de ações públicas voltadas à garantia da lógica burguesa de desenvolvimento e

⁶ Faria (2003) evidencia a importância da aglomeração de São Salvador dos Campos, ainda na condição de vila, ao se reportar aos Manuscritos (1785) de Couto Reis, onde fora percebida a referida vila, enquanto: “(...) a metrópole, a mais rica e populosa das submetidas ao Rio de Janeiro”.(p.5)

⁷ Acerca de datas e obras de grande importância inauguradas em Campos, a partir da segunda metade do século XIX, e seus efeitos na organização do espaço, ver Faria (2001).

⁸ Esta hierarquia da área central foi estabelecida, como na maioria das cidades brasileiras, desde a instalação da vila, no período colonial.

progresso e o desvalor das áreas periféricas, pela falta de investimento e ocupação progressiva das classes pobres. Além disso, as áreas mais afastadas eram determinadas para a construção de presídios, cemitérios, hospitais especializados em doenças de caráter epidêmico e contagioso (tuberculose, por exemplo), assim como os matadouros⁹.

Sobre as intervenções urbanísticas que contribuíram, ainda mais, para a valorização da área central, nos informa Faria:

As ruas 21 de Abril, Sete de Setembro, Constituição e Formosa serão alargadas; a antiga Praça das Verduras é urbanizada e transformada em praça de lazer; a Praça São Salvador, já com um belo jardim, é ornamentada com uma fonte, os edifícios se renovam como o edifício Rennes, o edifício do Café High Life, do Bom Marché, novos edifícios aparecem como o do Banco do Brasil (1910), a nova sede da Associação Comercial (1913), o edifício Trianon (1921). (...) A maior parte destas construções se encontram na Praça São Salvador ou no cruzamento da rua 7 de Setembro com 13 de Maio, chamado de Boulevard da Imprensa, o que transformou estes lugares em pontos de centralidade e animação, muito importantes para as relações sociais na cidade.

Por outro lado, a população menos favorecida, por motivos óbvios, é deixada à margem deste processo de ‘modernização’; vivendo em condições precárias, ela se distribui pelas zonas mais distantes da cidade e aonde os serviços de infraestrutura ainda não chegaram: a periferia da cidade onde ainda existem pântanos e alagadiços¹⁰.

(Faria, 2000, p. 7)

Até meados das décadas de 20-30, as ações na estrutura física da cidade atendiam a critérios exclusivos de saúde, higiene, embelezamento e ampliação dos *espaços centrais*. A expansão é orientada principalmente em direção a oeste em função de alguns investimentos realizados em equipamentos urbanos, tais como construção da Praça do Liceu¹¹, alinhamento da rua Alberto Torres, construção da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, linha de bonde ligando o centro à Estação.

A posição geográfica da área ao redor do Liceu, situada num dos pontos mais altos da cidade, portanto protegida das enchentes do rio Paraíba do Sul, além dos investimentos

⁹ A lógica higienista de organização do espaço urbano exigia que as atividades “sujas”, poluidoras ou perigosas fossem instaladas fora do centro urbano.

¹⁰ Grifos nossos.

¹¹ Liceu de Humanidades de Campos, instalado desde 1888 no antigo solar do Barão da Lagoa Dourada e educandário estadual de grande prestígio.

citados acima, possibilitou que aí se assentasse um dos bairros mais privilegiados da cidade, o bairro Jardim Maria de Queirós¹².

A partir da década de 40, os critérios de uso e funcionalidade do espaço urbano foram, por exigência da realidade sócio-espacial que já se mostrava problemática, sensivelmente revistos. Na realidade, presenciou-se o advento de critérios racionais e científicos orientados pelo urbanismo moderno¹³ para a melhor configuração espacial da cidade.

Muito desta reformulação se deveu às reivindicações da população que fizeram ecoar, na imprensa da época, o fato de haver duas cidades. Uma referente à área central que, nos últimos 20 anos, havia recebido inegável atenção por parte das autoridades; outra, desconhecida, distante, porque periférica e carente de ações públicas.

21/01/40: “O novo bairro do Saco”: A companhia de Estradas de Ferro Leopoldina Hailways constrói 12 casas para seus funcionários. Nos bairros da Lapa e Matadouro, a necessidade se impõe de se prolongar a rua 7 de Setembro, para unir estes bairros ao Centro, as chuvas destroem os caminhos (...).

Em 06/01/44 num artigo intitulado “Dois bairros esquecidos”, marcam o estado de abandono dos dois bairros da Coroa e do Matadouro, situados nos dois extremos opostos da cidade, na beira do rio Paraíba, um a montante e outro a jusante: com suas ruas escuras, mal iluminadas, cobertas de mato¹⁴. O prefeito sinaliza que a péssima iluminação é um problema generalizado, principalmente nos bairros pobres. A situação destes últimos é ainda mais miserável, pois nenhuma de suas ruas é pavimentada. (Faria, 2000, p. 9-11)

Merece destaque a necessidade percebida na época, de ligação entre o centro da cidade com os novos bairros nascentes, nas áreas tidas enquanto periféricas. Estes passaram a figurar na agenda da rede de transportes e em outras intervenções, tanto públicas como privadas, como podemos perceber em notas publicadas no jornal *A Folha do Comércio* (apud Faria, 2000):

¹² Em homenagem a Senhora Maria de Queirós, esposa do usineiro e proprietário das terras loteadas, senhor Atilano Chrisóstomo, onde, inclusive, o casal construiu um dos mais belos palacetes residenciais da cidade, hoje sede da Casa de Cultura Villa Maria da UENF.

¹³ Os anos 30 e 40 marcaram, de fato, o urbanismo moderno, em Campos, e os trabalhos de Agache influenciaram as administrações (1939 –1945) dos engenheiros Mário Motta e Salo Brand (Faria, 2000), dando início a uma nova forma de intervir na cidade.

¹⁴ Grifo nosso.

Vê-se o prefeito Mário Motta publicar, na Folha do Comércio do 23/11/40, seu projeto de reforma urbana e outros trabalhos como: a construção do dique e o embelezamento da Avenida Beira Rio; demolindo os últimos armazéns; o planejamento de ruas, de praças; a melhoria da rede de transportes. Além disso, os ônibus e os bondes elétricos começam a circular exigindo uma nova organização de espaços: paradas são organizadas no centro da cidade e ruas são prolongadas, transformadas em grandes eixos unindo o centro aos bairros mais distantes. (Faria, 2000, p.90)

O que se destaca, então, nesses anos 40, em Campos, é o início do fenômeno de *expansão territorial* (Rolnik, 1998; Corrêa, 1995) aliado ao problema de *mobilidade espacial* (Santos, 2000).

Percebe-se que as desigualdades no espaço urbano começam a emergir. É assim que vemos o então prefeito e engenheiro Salo Brand, a par da alegada “crise do açúcar” e do descompasso entre as administrações de Campos e do Rio de Janeiro, solicitar um empréstimo de vinte milhões de cruzeiros para efetivar um projeto urbanístico, visando ordenar o processo de expansão que se inicia na cidade. Para tanto, justifica, em nota no *Monitor Campista* (04/01/44, apud Faria, 2000), seu entendimento de que os problemas que afligiam Campos não eram apenas de ordem econômica, mas também, social e urbanística.

(...) gostaria de realizar o saneamento do canal Campos-Macaé, do bairro da Lapa, transformação e alargamento para 40 metros da Avenida 15 de Novembro, prolongamento da rua 7 de Setembro até o matadouro municipal, construção de estradas, pois a maioria foi construída a partir dos caminhos das tropas.

(...)Salo Brand continua outras obras públicas, além de pavimentar, ele procede o alargamento e prolongamento de ruas e o saneamento de parte da cidade, ele executa várias operações de prestígio, ocupando outros espaços da cidade, criando assim novos pontos de centralidade¹⁵. Podemos citar como exemplo, a Praça da Bandeira em frente ao novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia que está em construção, ao sul dos bairros situados a oeste; o Parque para a Assistência à Infância, Alzira Vargas, ao sul do núcleo central, e ele inicia a construção do Hospital de isolamento para os tuberculosos¹⁶. Na Coroa (bairro afastado da cidade), inaugura o trecho da estrada

¹⁵ Idem.

¹⁶ Hoje, Hospital Ferreira Machado, situado na rua Rocha Leão, n.º 02, Caju.

Campos-Niterói que atravessa a cidade beirando o Canal Campos-Macaé com ligação direta até a Avenida 15 de Novembro, confirmando assim, o canal como um ponto central que divide a cidade em duas partes. (Faria, 2000, p.11)

Assim, a pedido de Salo Brand, a Empresa Coimbra Bueno elabora o Plano Urbanístico de 1944. Este foi concebido para, primeiramente, “corrigir” os erros das intervenções anteriores que tenderam apenas à valorização e embelezamento das áreas centrais e, segundo, orientar a expansão da cidade, integrando, por exemplo, inúmeros bairros que não foram considerados pelos planos anteriores, conforme aponta Faria.

Almeja-se uma nova ordem urbana: centro da cidade é redefinido como o quadrilátero compreendido ente as ruas Barão de Miracema (antiga São Bento), Ten. Cel. Cardoso (antiga Formosa), Mal. Floriano (antiga rua do Ouvidor) e o rio Paraíba. Prevê áreas para a futura expansão da cidade com o planejamento de novos bairros: em seu projeto, uma parte de Guarus, finalmente, é integrada à cidade; os bairros periféricos ditos ‘abandonados’ como o Turf, Saco e Matadouro são integrados à zona urbana¹⁷. Os limites da cidade são estabelecidos, marcando a diferença entre zona urbana, suburbana e rural. (Faria, 2000, p.12)

O Plano Urbanístico de 1944 importou num estudo detalhado sem precedentes na história urbana campista que, embora não tenha sido colocado em prática na sua totalidade, foi responsável pela definição das linhas de ação, *a posteriori*, adotadas pelas subseqüentes administrações (Faria, 2000). Finalmente, devemos destacar que este Plano, ao privilegiar uma organização da cidade, aliando beleza e funcionalidade, orientou o sentido de expansão da cidade em direção às áreas periféricas.

Entre as décadas de 50 e 60, intensificou-se a dualidade centro-periferia, denunciando a falta de investimentos nas áreas apontadas pelo Plano de 44. Outros fatores contribuíram, conforme indica Pinto (1987), como o fato da zona urbana ter recebido da área rural uma gama imensa de trabalhadores, deslocados e sem referência de trabalho, em virtude da cultura do café e do advento de novas leis trabalhistas. Percebemos, assim, que a lógica de desenvolvimento urbano campista não acompanhou seus desdobramentos sócio-espaciais, em razão, sobretudo, da concentração demográfica urbana em expansão e da paralela falta de estrutura da cidade.

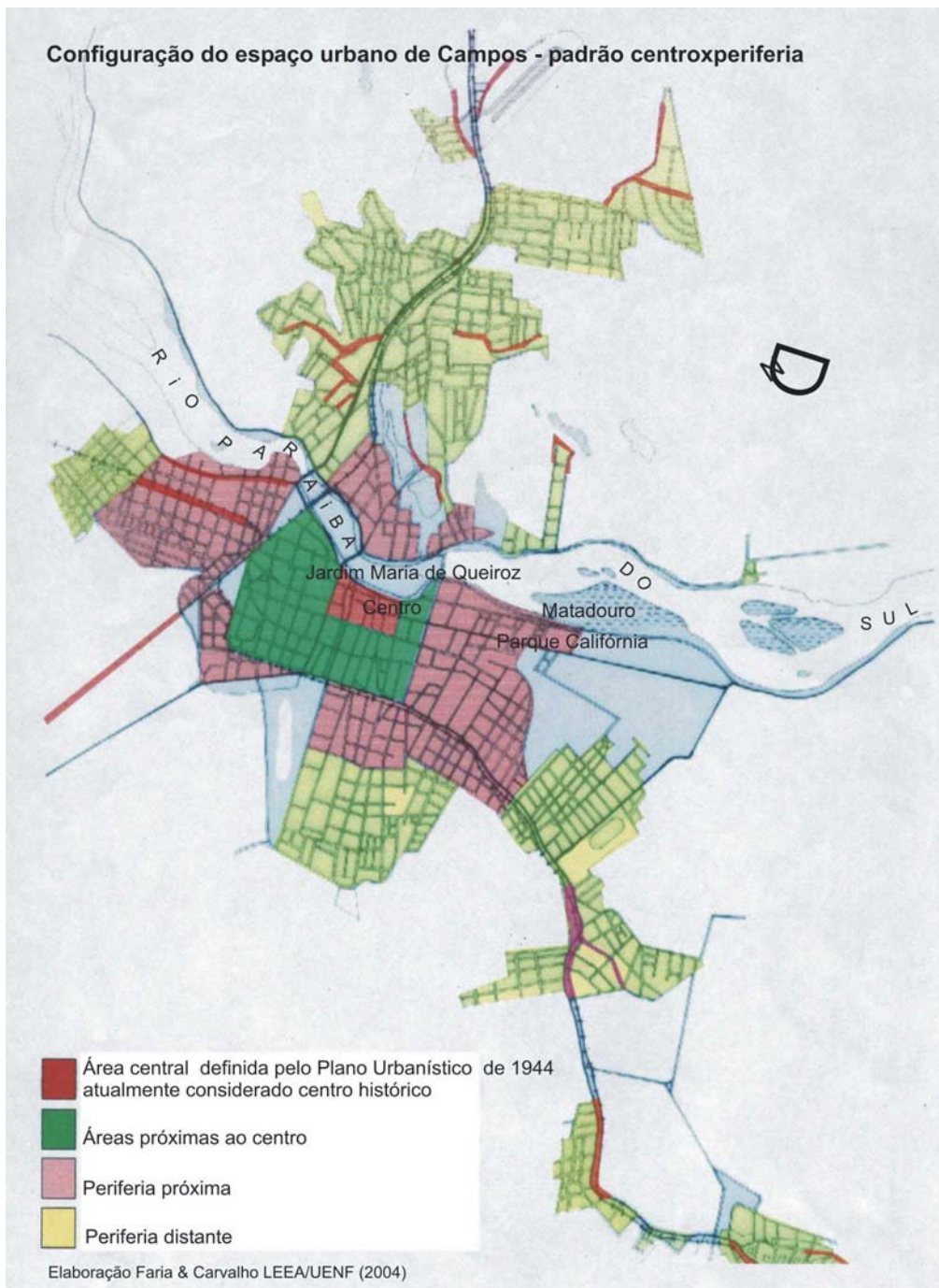
¹⁷ Grifo nosso.

Pinto (1987) nos informa, ainda, que já no período compreendido entre 1950-1960, devido o declínio nas lavouras de café e o advento de novas leis trabalhistas no campo, a cidade já experimentava as conseqüências do êxodo rural como, por exemplo, uma intensa ocupação da zona urbana, promovendo, na mídia e nos grupos próximos ao centro, receios e insegurança em relação às ocupações irregulares e aos grupos que começam a demarcar, de forma mais visível, o processo de favelização campista. Neste sentido, é a partir destas variáveis que a cidade de Campos começa a apresentar, de fato, os problemas sócio-espaciais refletidos pela dualidade centro/periferia e seus respectivos grupos.

Com vistas a corrigir as irregularidades vivenciadas no tecido urbano da cidade e, principalmente, nas áreas menos privilegiadas e carentes de infra-estrutura, o arquiteto e então prefeito de Campos, Raul David Linhares, elabora, em 1979, com base nas leis do Plano de 1944, o PDUC (Plano de Desenvolvimento Urbanístico e Territorial de Campos). Tal Plano fora definido pela tentativa de promoção do desenvolvimento físico e territorial urbano do Município de Campos, de acordo com as relações sócio-econômicas, geopolíticas e culturais do momento. Tanto as entidades públicas como as privadas deveriam obedecer às leis consideradas como de efetivação do PDUC: 1) *Lei dos Perímetros Urbanos*; 2) *Lei de Zoneamento e Uso do Solo*; 3) *Lei de Parcelamento do Solo* e 4) *Código de Obras*. (Vieira, 2003).

A partir dos anos 1980, a cidade se vê encurralada pela problemática do processo de *favelização*, acentuado, sobremaneira, pela falência das Usinas de cana-de-açúcar em Campos e pelos inevitáveis conflitos oriundos da expansão urbana insuficiente para o volume demográfico que recebera a cidade ou qualquer iniciativa de controle urbano que se tenha efetivado.

O que podemos concluir é que os diversos planos urbanísticos elaborados para Campos, por não terem sido implantados na sua integridade e por falta de intervenções concretas nas áreas periféricas, voltadas para as necessidades das camadas populares, não eliminaram as contradições do espaço urbano e a oposição centro x periferia



Estudo elaborado a partir do mapa de 1978 (PDUC) atualizado em 1997 (Faria, 1998) com base em planta da cidade elaborada pela Prefeitura em 1994.

O processo de favelização e a proliferação de condomínios fechados – as duas faces da expansão urbana de Campos¹⁸.

Valendo-nos dos dados referentes ao êxodo rural em Campos, pudemos aferir que um resultado evidente de seu processo de urbanização foi o aumento da população urbana, visto também como produto do declínio da produção da cana-de-açúcar na região, iniciado

¹⁸ Este capítulo contou com a colaboração de Marcelo Barbosa Carvalho, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

nos anos 60. Uma das conseqüências negativas foi o fenômeno de favelização, expresso, claramente, pelo fato de que, em 1940¹⁹, a população urbana representava 30% do total da população campista, tendo uma significativa concentração, na zona rural, de 70% da população do município. Neste mesmo período, existiam 4 favelas em Campos, e tal quadro passou para 32 favelas segundo a amostragem populacional (PNAD – Plano Nacional de Amostragem Domiciliar) realizada pelo IBGE em 1996²⁰.

A população urbana em Campos, no início da década de 80, era de 203.399 habitantes na zona urbana (58% da população), ao passo que a população da zona rural representava 42% dos campistas, ou seja, 145.062 habitantes viviam na zona rural e este número veio decrescendo vertiginosamente a partir deste período, culminando atualmente num total de 363.489 habitantes na zona urbana (89% da população), enquanto na zona rural vivem 42.790 habitantes (11% da população), revelando, pois, a alta concentração populacional urbana.

Todas estas análises detêm significativa relação com a tendência de concentração da população na zona urbana e o *crescimento das favelas campistas* que, por sua vez, apresenta relação íntima com a *falência do setor sucroalcooleiro em Campos* iniciado na década de 60/70.

(...) a região possuía 31 usinas na década de 30 até o final da década de 60. A partir de 1963 até meados de 70, passa a operar com 28 usinas. A modernização concentrou o parque industrial em 17 usinas. Todo esse período ficou caracterizado por uma crescente produção. Atualmente, apenas 9 usinas estão em operação mas, em contrapartida, ocorreu uma diminuição significativa da produção canavieira regional, o que caracteriza a decadência. (Paes apud Póvoa, 2002, p.27)

A maioria das análises identifica como uma das principais causas da concentração urbana, sobretudo na periferia de Campos, nos finais da década de 80, o êxodo rural intensificado neste período. Em 7 de setembro de 1986, o *Monitor Campista* publica matéria intitulada: “*Êxodo rural faz aumentar favelas em Campos*”.

(...) Uma nova favela está começando a aparecer na margem do Rio Paraíba, em Guarus, defronte a rua João Fernandes, sem que as autoridades tenham tomado conhecimento da instalação (...). Quem passa pela avenida, entretanto, não percebe a presença dos

¹⁹ Segundo dados do IBGE e Pesquisa de Póvoa (2002).

²⁰ Fonte; IBGE, Pesquisa Informações Básicas Municipais 1999.

barracos na Beira Rio, mas, se olhar pelo lado da cidade, verá que a mini favela começa a dar sinais de vida e mito rapidamente”.

Em 02 de abril de 1996, dando seqüência à mesma preocupação, o Jornal *Folha da Manhã* traz, na Seção “*Miséria é Miséria*”, a matéria de título: “*Campos terá mais de 40 favelas nos anos 2000*”, cujo conteúdo dispõe:

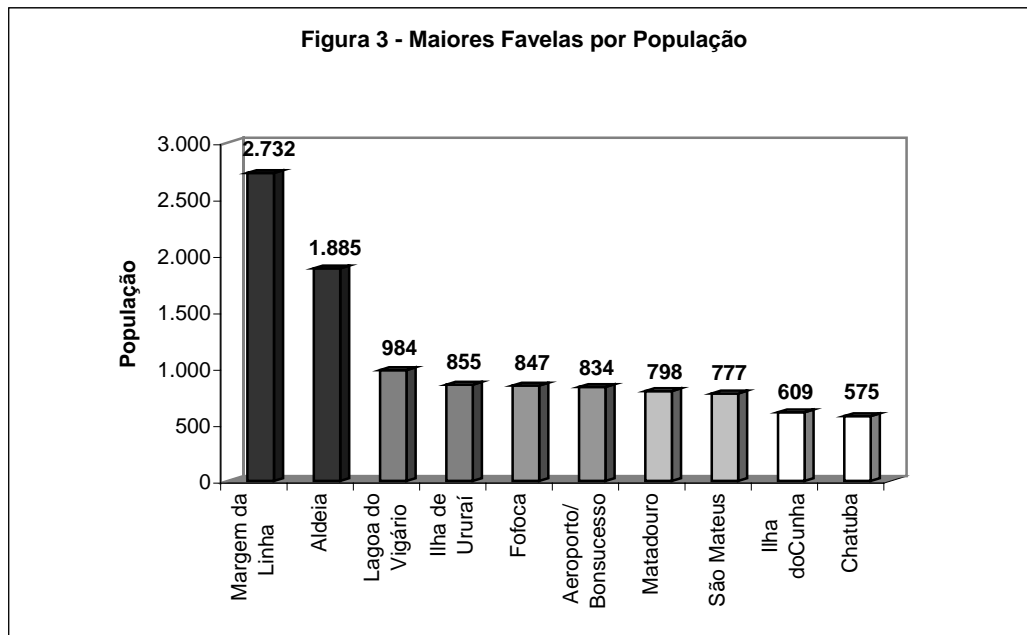
As conseqüências do processo de favelização de Campos (...), são alarmantes para o município. Enquanto a região busca incentivos para o desenvolvimento, a miséria se alastra pelos bairros periféricos numa proporção que começa a fugir ao controle do poder municipal. Foram necessários apenas 13 anos para que Campos ganhasse 15 novas favelas. Hoje são 37 no total. Se a média de crescimento continuar, chegaremos ao ano 2000 com mais de 40 favelas por toda cidade. Desta forma, o número de famílias de indigentes – hoje 26.335 – subiria ainda mais.

Divulga-se, oficialmente, tendo como parâmetros os critérios descritos pelo IBGE, que existem, atualmente, 32 favelas em Campos e que este número é o mesmo desde o Censo de 1991. Quanto a esse dado, Pessanha nos esclarece que:

A estagnação no número de favelas em 32 pode ser explicada, inicialmente, por ter se reduzido acentuadamente, ou encerrado, este fluxo migratório da população com menor capacidade econômica do interior das cidades. Esta população foi a primeira a ser expulsa das propriedades rurais do interior. Acrescente-se a este outro fator, que foi a redução da velocidade de crescimento da população total de nossa cidade, comparada com a média do estado, de outras cidades do país e mesmo a média nacional. (2001, p.19)

O que se postula oficialmente é que, pelo menos nos últimos dez anos, o número de favelas em Campos não se alterou, sendo que as hipóteses mais suscitadas são de que, ao invés do aumento do número de favelas, o que se processou foi o aumento da densidade populacional no contexto das favelas já existentes e uma migração inter favelas.

“O crescimento entre os anos de 1980 e 1991 se deveu ao grande êxodo rural que expulsou do campo os trabalhadores rurais, vindo esta população parar nas periferias das cidades, passando a constituir pequenos núcleos. Porém, agora, o que se tem é o crescimento do número de domicílios e, não mais a criação de novos núcleos ou novas favelas”. (Pessanha, 2001, p. 6)



Fonte: IBGE – Censo de 2000 (OSRNF-CEFET)

Identificamos que a Favela do Matadouro está entre as favelas que mais cresceram. Na análise de Pessanha (2001), quanto à dinâmica de ocupação das favelas, as da Lapa, onde se inclui a Matadouro, mereceram destaque.

As favelas da Lapa que obedecem à seguinte seqüência na direção do Centro para a UENF: Patronato; Tira Gosto; Siqueira e Silva; Risca Faca e Matadouro. A favela que mais perde domicílios é a do Patronato que é vizinha da fábrica PURAC Sínteses que está em processo de expansão e que também sofre a influência direta da vizinha Tira Gosto, onde a presença do tráfico também ajuda a expulsar seus moradores. Com isso, a Favela do Tira Gosto teve reduzido de 50 para 48 domicílios ocupados, além da redução de 206 para 161 habitantes. A compensação desta redução aparece nas favelas vizinhas que estão entre as que mais cresceram em domicílios ocupados: Matadouro que cresceu 64 domicílios (grifo nosso), Risca Faca (+59) e Siqueira e Silva que aumentou em 53 domicílios. (2001, p.11)

Segundo dados do IBGE, além dos extraídos da dissertação de mestrado de Maria Eugênia Ferreira Totti, intitulada: “Aspectos epidemiológicos relacionados à saúde ambiental e humana na Comunidade do Matadouro”, a referida Favela:

(...) é composta por 700 habitantes, distribuídos em 183 domicílios, tendo uma área aproximada de 0,1 km² (IBGE, 1996). O Matadouro

'está em parte assentado sobre um dique de contenção construído às margens do Rio Paraíba do Sul e, em parte, ocupa uma faixa de terreno ao longo deste. Inicialmente, esta área foi ocupada por funcionários do Matadouro Municipal e os domicílios eram de madeira. Com a construção do dique (1977), a favela sofreu adensamento e melhorias das habitações (FEEMA, 1993)'. (Totti, 1998:17)

A área onde se localiza a favela foi valorizada pela aproximação de inúmeros padrões de centralidade (bens e serviços típicos de áreas centrais) que, junto ao fato de não haver ou haver uma mínima incidência do tráfico de drogas, atraiu não apenas outros grupos segregados como também, grupos mais abastados com a construção dos condomínios fechados. A própria UENF, com toda sua estrutura de vida acadêmica, também se apresenta como vetor de relevância ao crescimento habitacional do terreno que a circunda.



Favela Matadouro (Brum, 2003)



Avenida Alberto Lamego e UENF (Brum/03)



Entrada do Condomínio Bouganvillée (Brum, 2003)



Entrada do Condomínio Residências do Horto (Brum,2003)

Os condomínios horizontais e verticais fechados

O histórico das formas de intervenção urbana implementada pela administração pública, assim como da ideologia que as guiaram, foi de fundamental importância à compreensão da dualidade Centro/Periferia que marca a configuração do espaço urbano da cidade e a fragmentação desse modelo, sobretudo, porque as intervenções, ao serem implementadas em áreas afastadas do centro, contribuíram para um novo padrão sócio-espacial, posto que áreas tradicionalmente periféricas, subequipadas e habitadas por população pobre passaram a ser dotadas de um certo padrão de centralidade e ocupadas por grupos sociais abastados.

Desta forma, além do processo de favelização, outro fenômeno, decorrente da expansão espacial urbana, vem redesenhando o cenário urbano da cidade de Campos. Fenômeno este ainda mais estéril, em termos de levantamentos e estudos. Trata-se do progressivo crescimento de Condomínios e Residenciais “fechados” horizontais, de alta e média renda, que acabaram por se fazer cada vez mais presentes, a partir dos anos 1980, na configuração sócio-espacial da cidade, em especial, nas áreas tidas tipicamente por periféricas, onde se encontram grandes extensões de terra disponível, na maioria, antigos canaviais pertencentes às usinas de cana de açúcar.

Identificamos, aqui, o outro resultado da dinâmica espacial da segregação apontado por Souza (2003): novos bairros dotados de novos valores de uso e amenidades, e habitados pelos grupos sociais de alto status, reproduzindo novas áreas sociais, segregadas e dotadas de novos estilos de vida.

Destacamos a área situada ao longo da Avenida Alberto Lamego, antiga Sete de Setembro, próxima ao antigo Matadouro (onde se assenta a favela de mesmo nome), onde existem quatro condomínios fechados: os condomínios horizontais Residencial do Horto, Residencial Bougainvillée, Bosque das Acácias e o conjunto habitacional vertical Verdes Campos.

Neste estudo, tratamos apenas, do Residencial do Horto, construído em meados da década de 80, e do Residencial Bougainvillée, construído no final desta mesma década, por fazerem divisa com a favela Matadouro.

Note-se que o primeiro constituía-se, inicialmente, de casas padronizadas²¹ e o segundo, apenas de lotes²² em área urbanizada, equipada com área de lazer e dotada de amenidades. A tipologia das construções, observada empiricamente, é um dos sinais da diferença social entre os dois condomínios. O primeiro, de baixa/média renda e o segundo, de alta renda.

²¹ Muitas, atualmente, se encontram reformadas, ampliadas e personalizadas.

²² Hoje, estão praticamente, habitados e ocupados por residências de alto padrão construtivo.

O contexto urbano, onde se situam os ditos condomínios, é o bairro Parque Califórnia (antigo Horto), constituído a partir da construção do conjunto habitacional *Damas Hortis*²³, na década de 70. Os respectivos nomes foram inspirados do Horto Municipal aí instalado, em 1960. A antiga Av. Sete de Setembro, atual Av. Alberto Lamego, foi aberta no início do século passado e, até 2002, era estreita e calçada com paralelepípedos. Neste mesmo ano, foi urbanizada, asfaltada e duplicada.

Ressalta-se a localização, no bairro, da Escola Técnica Estadual João Barcellos Martins (aproximadamente em 1980) que também faz divisa com a Favela Matadouro e do campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense, inaugurada oficialmente em 1995.

Além disso, o bairro é dotado de padaria, farmácia, *horti-fruti*, vídeo locadora, bares noturnos, restaurante, pet shop, lanchonete, casa lotérica, situados ao longo da avenida, distribuídos em duas edificações comerciais. A primeira a entrar em funcionamento fora construída contígua ao condomínio Bougainvillée; a segunda, mais antiga, encontrava-se abandonada e só foi revigorada, após a remodelação da Av. Alberto Lamego.

Certamente, estes serviços foram instalados para atender aos moradores dos condomínios e arredores, funcionários dos estabelecimentos, instituições vizinhas e visitantes de outros bairros. Dotando a área periférica de elementos de centralidade.

Por outro lado, vale ressaltar que as áreas centrais continuam valorizadas, principalmente os bairros contíguos dotados de infra-estrutura, serviços e amenidades, como o Jardim Maria de Queiroz. Instalam-se, nestes locais, atividades mais dinâmicas como *shopping centers*, restaurantes, comércio diversificado de bairro, bancos, atraindo um grande número de moradores. Assim, a expansão urbana para o alto é aí observada pela alta concentração de condomínios verticais destinados às camadas de média e alta renda.

O processo de verticalização iniciou-se, em Campos, nos anos 1970 e a partir dos anos 80 começa a se concentrar especialmente na Avenida Pelinca e adjacências em particular, no bairro Jardim Maria de Queiroz.

A verticalização não só provoca um impacto na paisagem urbana como também na estrutura urbana com sobrecarga nas redes e viária, de água e esgotos, em locais antes estritamente dotados de residências unifamiliares, além de aumentar a densidade habitacional. Outro fator importante a destacar, é que a presença cada vez mais significativa de atividades comerciais, financeiras e de serviços em bairro tipicamente residencial vem transformando esta área em um novo centro ou subcentro urbano.

²³ Construído pelo SNH/BNH com casas padronizadas que, atualmente, também sofreram reformas de ampliação.



Foto a partir da Villa Maria em direção ao sul
(Lopes/LEEA/UENF, 2004)

Foto a partir da Villa Maria em direção ao sul
(Lopes/LEEA/UENF, 2004)

Considerações finais

Conforme vimos em várias análises sobre a questão urbana, o conceito de Centro físico, considerado como área nuclear onde funcionam espaços de atração (econômica, social e política), cujo acesso e efetivo gozo devem cumprir exigências da ordem do capital, cedeu lugar à compreensão de áreas dotadas de centralidade, inclusive as tradicionalmente consideradas periféricas, ou seja, as definidas como segregadas. Sendo assim, percebe-se que a clássica definição das áreas centrais e periféricas, estas geralmente ocupadas por favelas, funciona como um empecilho à compreensão dos fenômenos sócio-espaciais contemporâneos.

Concluimos que a configuração do espaço urbano contemporâneo é de difícil definição, segundo o referencial centro-periferia, posto que o abandono das áreas centrais pelos grupos sociais mais abastados, em direção às áreas tradicionalmente periféricas e ocupadas por camadas populares, acaba por configurar micro-espacos cada vez mais próximos geograficamente, porém, distantes do ponto de vista subjetivo do pertencimento social, considerando-se que o isolamento físico dos condomínios intra-muros de média e alta renda acabam conferindo aos primeiros o caráter de auto-segregados e, aos últimos, de segregados.

O presente trabalho buscou, através da dinâmica urbana campista, sobretudo a partir de 1980, clarear alguns processos que funcionaram para a formatação do desenho sócio-espacial que se vê hoje no bairro Parque Califórnia, bem como em outras áreas da cidade. Tal bairro é exemplar para o entendimento do *processo de descentralização* que a cidade de Campos vem presenciando, pelo menos nos últimos 20 (vinte) anos. Este processo é responsável por dar novo sentido à clássica definição de centro e periferia, haja vista que as áreas tidas como periféricas (exemplo Favela do Matadouro) passaram a receber infraestrutura e serviços (público e privados) típicos das áreas centrais, em razão da

progressiva presença de grupos sociais mais abastados economicamente, protegidos “intra-muros” em Condomínios “fechados”, cujos nossos exemplos foram os Residenciais Horto e Bougainvillée.

O processo de verticalização, observado principalmente nas áreas centrais e adjacências, revela de um lado a permanência do alto valor (simbólico e econômico) destes espaços, pela presença de edifícios residenciais para as camadas de alta e média renda, de serviços, comércios mais sofisticados e *shoppings centers*, e de outro a permanência da velha configuração espacial da cidade de Campos marcada pela oposição centro-periferia.

REFERÊNCIAS

- BHERING, I.G. de A. Condomínios Fechados: os espaços da Segregação e as novas configurações do urbano. In ST 4.4 *Re-estruturação intra-urbana: mercado imobiliário e dinâmica sócio-espacial*. VIII ANPUR, Rio de Janeiro. 2000.
- CARVALHO, M.B. *Proximidade espacial e distanciamento social: determinantes da segregação sócio-espacial - a percepção entre segregados e auto-segregados. Um estudo da favela do Matadouro e seu entorno*. Dissertação de Mestrado, UENF, 2004.
- CHARTIER, R. *A História: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil. 1990.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática. 1995.
- FARIA, T. de J. P. *Campos dos Goytacazes. Resources et virtualités d'une ville brésilienne: données de l'histoire*. Tese de Doutorado, EHESS, Paris, França. 1998.
- _____. “As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana”. CD-ROM dos *Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal – RN. 2000.
- _____. “Confronto de práticas e lutas de representação na construção do urbano: Campos dos Goytacazes – RJ, século XIX”. Trabalho apresentado no 28º *Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos*. São Paulo. 2001
- LAGO, L.C. *Desigualdades e segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2000.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ, ed. Vozes. 2001.
- NETTO, V. de M; KRAFTA, R. “Segregação dinâmica urbana: modelagem e mensuração”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, n.º 1, maio. 1994.
- PESSANHA, R. M. *Observatório Sócio-Econômico da Região Norte Fluminense – Boletim Técnico n.º 5: “Favelas/comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes”*. ago. 2001.
- POHLMANN, M.A. de O. *O Discurso higienista na construção da cidade moderna: O papel da revista A AURORA – LETTRAS – ARTES – CIÊNCIA*. Dissertação do Curso de Mestrado em Políticas Sociais – Campos dos Goytacazes – RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF - RJ. 2003
- PÓVOA, F. M. R. *A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes – RJ (1989-2001)*. Dissertação do curso de Mestrado em Políticas Sociais – Campos dos Goytacazes – RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF – RJ. 2002.
- ROLNIK, R. *O que é a cidade*. Coleção Primeiros Passos. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1998.
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard. 1997.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. Coleção espaços. 5. ed. São Paulo. Studio Nobel. 2000.
- SOUZA, L. A. *Condomínios fechados e loteamentos ‘fechados’*. Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional de Blumenau (FURB). 2003.

SOUZA, M.L. de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

TOTTI, M. E. F. *Aspectos epidemiológicos relacionados à saúde ambiental e humana na Comunidade do Matadouro (Campos, RJ)*. Dissertação de Mestrado em Biociências. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. 1998.

VIEIRA, S. P. *O plano de desenvolvimento físico-territorial urbano de Campos –1979 – e a consolidação da ocupação popular na área de Guarus*. Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica. Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2003.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.